



Relatório de Gestão e Contas 2021

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE CONSERVADORES RESTAURADORES DE PORTUGAL

1. Relatório de Gestão 2021

Enquadramento

Motivado pela situação pandémica que todo o país atravessou e pelo seu grande impacto socioeconómico, o início de 2021 foi extremamente difícil para os Conservadores-restauradores. Devido à não definição de critérios de elegibilidade para acesso aos apoios do Estado, a grande maioria dos profissionais não foi abrangida pelos apoios previstos, em virtude do desajustamento existente entre os Códigos de Actividade Económica e a sua realidade laboral.

Apesar dos esforços efetuados pela ARP junto do Ministério da Cultura e do governo com vista ao reconhecimento dos profissionais que intervêm no património cultural, não se verifica à data de hoje um enquadramento legislativo que evite no futuro uma situação análoga. A ARP continuou ao longo do ano a reiterar junto do Governo a necessidade de corrigir estas desigualdades, uma vez que se traduzem em impactos significativos em termos de apoios sociais, medidas de estímulo económico à actividade, e avaliação e caracterização do sector.

A acção desenvolvida junto dos vários grupos políticos parlamentares e a petição que lançámos em 2019, traduziu-se na Resolução nº 188/2021, de 29 de Junho que estabeleceu a recomendação de definição do perfil do conservador-restaurador, como garantia da salvaguarda do património cultural – aprovada por unanimidade de todos os deputados na Assembleia da República. Este é um passo decisivo para o reconhecimento legal e a definição formal do perfil do Conservador-restaurador pelo Estado.

Igualmente importante, foi a aprovação da lei 2/2021 no início do ano, que estabelece o regime de acesso a profissões regulamentadas ou a regulamentar. A entrada em vigor desta nova lei vem consagrar na legislação o reconhecimento do carácter singular dos profissionais que intervêm na preservação e conservação do património histórico e artístico nacional, bem como a natureza excepcional da sua actividade (pela relação directa que estabelece com o interesse público) abrindo espaço, em definitivo, para a regulamentação da profissão.

A par dos avanços registados no processo com vista à regulamentação da associação, foi igualmente um ano caracterizado por várias outras iniciativas, relacionadas com a participação pública da ARP em eventos e debates, melhorias na comunicação da associação com os profissionais, e com o aprofundamento de processos de gestão da revista. Apresenta-se a seguir um resumo das principais actividades realizadas ao longo de 2021:

- **Medidas definidas como resposta à pandemia no sector cultural**

A Direcção da ARP endereçou, em fevereiro, uma nota ao gabinete da Sra. Ministra da Cultura, alertando para a necessidade de alteração dos critérios relacionados com a atribuição do apoio previsto para todos os profissionais do sector cultural, no âmbito das medidas definidas como resposta à Pandemia no sector cultural. A medida em questão fazia depender a atribuição de um apoio de 438,81 € da inscrição dos profissionais em Código de Actividade Económica (CAE) enquadrado no sector cultural (sector R) ou na categoria 2 da listagem de actividades do artigo

151, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singular (CIRS), o que excluía um número significativo de conservadores-restauradores.

- **Carta Aberta - Plano de Recuperação e Resiliência: A insustentável ausência do Património Cultural**

A ARP foi signatária de uma carta aberta dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro e à Sra. Ministra da Cultura, e que contou com a participação de várias associações portuguesas ligadas ao sector do património cultural: Associação dos Arqueólogos Portugueses; Associação Portuguesa de Museologia; Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação; ICOM Portugal; e ICOMOS – Comissão Nacional Portuguesa. O documento pretendeu assinalar a ausência do sector no Plano de Recuperação e Resiliência, com os signatários a reclamarem a sua inclusão no mesmo.

- **Participação da ARP no 1º Congresso de Conservação e Restauro FCT-Nova**

Nas figuras do Presidente (Rui Borges) e Vice-Presidente (Luís Pereira), a ARP participou no 1º Congresso de Conservação e Restauro realizado pelo Núcleo de Conservação e Restauro (NuCoRes), onde apresentou uma comunicação subordinada ao tema: «Os desafios actuais da profissão de conservador-restaurador».

- **Reunião com a Deputada não inscrita Cristina Rodrigues, no âmbito da audição realizada na Comissão de Cultura e Comunicação da Assembleia da República**

A Direcção da ARP reuniu com a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, no seguimento da iniciativa promovida pelo grupo parlamentar do PSD, a 23 de Março, de audição na Comissão de Cultura e Comunicação da Assembleia da República, de 40 associações ligadas ao sector cultural – a ARP foi uma das associações convidadas. Foram discutidos vários temas relacionados com o impacto da pandemia no sector da Conservação e Restauro bem como sobre a necessidade de regulamentação da profissão, através da acreditação dos seus profissionais e empresas.

- **Direitos e deveres do património cultural: um outro contributo**

Após a divulgação da Carta de Direitos e Deveres do património histórico-cultural português, promovida pela Plataforma Pelo Património Cultural (PP-Cult) e relativa a um conjunto de propostas para a defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal, a direcção da ARP publicou o seu contributo sobre o tema, procurando desta forma contribuir para a discussão em apreço.

- **Petição – Pela salvaguarda do património cultural, sustentada na qualidade técnica das intervenções de conservação e restauro**

Em Maio, foi admitida para apreciação na Assembleia da República (XIV - Comissão de Cultura e Comunicação) a petição N.º 236/XIV/2 apresentada pela ARP no mês de Março. Esta petição, aberta em 2019, contou com 1185 assinaturas e pretendeu reforçar a necessidade de regulamentação da profissão, mais concretamente, a definição das competências dos técnicos habilitados a intervir no património cultural. No seguimento da mesma, foi realizada uma audição parlamentar por parte da Comissão de Cultura e Comunicação, na Assembleia da República, e que contou com a presença do Presidente (Rui Borges), Vice-Presidente (Luís Pereira) e 2.º Vogal (David Teves Reis) da direcção da ARP, e

produzido um relatório final pela referida Comissão, onde consta o compromisso da Ministra da Cultura de "*promover o reconhecimento legal do perfil do conservador-restaurador definindo legalmente o seu título, qualificações, responsabilidades e competências*".

▪ **Projecto de Resolução 1272/XIV/2**

No seguimento do trabalho da deputada não-inscrita Cristina Rodrigues na área do Património Cultural, e após trabalho preparatório com a ARP sobre um conjunto de questões relacionadas com o perfil profissional do Conservador-restaurador, foi apresentado por esta representante na Assembleia da República o Projecto de Resolução 1272/XIV/2, que recomendou ao Governo a definição do perfil do conservador-restaurador, garantindo a salvaguarda do património cultural. O documento foi aprovado por unanimidade com o voto de todos os deputados e deputadas na Assembleia, e publicado em Diário da República, com a data de 29 de Junho.

▪ **Novo Site da ARP**

O novo website da associação foi lançado no dia 01 de Junho, após um processo de renovação do mesmo, e que durou três meses. A decisão de realização de um novo website, por parte da direcção da ARP, foi motivada pela necessidade de assegurar a resolução de várias questões técnicas apresentadas pelo website antigo, e garantir uma completa autonomia na gestão do mesmo por parte da ARP.

▪ **Carta Aberta ARP – ICOM Portugal | Programa Ciência no Património Cultural**

No mês de Junho foi anunciado o primeiro concurso para bolsas de investigação para doutoramento na área do Património Cultural, no seguimento do Despacho nº 1992/2021 de 23 de Fevereiro, que criou o Programa Ciência no Património Cultural. A propósito do mesmo, a Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal (ARP) e a Comissão Nacional Portuguesa do International Council of Museums (ICOM Portugal), endereçaram uma carta aberta à Sra. Ministra da Cultura, onde reafirmam as suas preocupações relativamente às carências de pessoal nos museus, palácios, monumentos e sítios arqueológicos, alertando para o facto do programa em questão não dar resposta a esse problema.

▪ **Participação no Grupo de Trabalho “Estratégia Nacional para a Arqueologia”**

No seguimento de convite endereçado à ARP a associação participou no Grupo de Trabalho "Estratégia Nacional para a Arqueologia", onde foi discutido o papel do conservador-restaurador no contexto dos trabalhos arqueológicos e no âmbito da conservação dos bens arqueológicos.

▪ **VIII Seminário de Conservação e Restauração | Brasil**

A ARP esteve representada no VIII Seminário de Conservação e Restauração promovido no dia 05 de Outubro pela ACCR - Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (Brasil), subordinado ao tema "Formação, Atuação e Regulamentação: os desafios do conservador-restaurador". O Presidente e Vice-Presidente da ARP realizaram uma comunicação online sobre «A profissão de Conservador-restaurador em Portugal: contexto atual e principais desafios».

- **Semana Europeia da Conservação e Restauro**
Entre os dias 04 e 10 de Outubro, e à semelhança do que vem acontecendo desde 2018, foram realizadas várias actividades na Europa com vista à celebração do Dia Europeu da Conservação e Restauro. A ARP associou-se novamente a esta iniciativa promovida pela Confederação Europeia de Associações de Conservadores-restauradores (E.C.C.O.), lançando o repto para uma participação de toda a comunidade de profissionais, instituições e empresas.
- **6º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro - "Conexões 2021"**
No mês de Novembro, decorreu o 6º encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro, subordinado ao tema «Conexões». A ARP, através de representação constituída pelos membros da Direcção, Elis Marçal e Luís Pereira, esteve presente no dia 16 onde participou numa reunião com várias associações profissionais brasileiras, subordinada ao tema "Regulamentação e estruturação da profissão do Conservador-restaurador: inter-relação com as associações", e igualmente no dia 18 onde surgiu integrada no painel 3 («Preservação do Património Cultural no contexto da pandemia Covid-19: experiências, aprendizados, desafios e estratégias para o futuro»), com a comunicação "O impacto da pandemia no sector da Conservação e Restauro em Portugal: Retrato do sector em 2020 e avaliação das medidas de apoio governamentais". O encontro foi encerrado com uma comunicação da presidente da ECCO (e membro da direcção da ARP), Elis Marçal, com o tema: "O perfil do conservador-restaurador: o contexto nacional e futuras contribuições do projecto CHARTER (uma blueprint para o património cultural na Europa)".
- **Inquérito - Empregabilidade no Sector da Conservação e Restauro**
Lançado no mês dezembro, a iniciativa procura dar continuidade ao trabalho de recolha de dados estatísticos sobre a profissão, levado a cabo nos últimos, mais concretamente sobre o emprego e a empregabilidade no sector da Conservação e Restauro. Prevê-se a publicação dos resultados no primeiro semestre de 2022
- Publicação dos números 36, 37 e 38 da Revista Conservar Património.

2. Relatório de Contas 2021

Depois do ano de 2020 ter fechado com um resultado líquido negativo (motivado, em parte, pela decisão da direcção da ARP de redução (50%) do valor das quotas, como forma de mitigar os impactos da pandemia para os associados), 2021 apresentou já um resultado líquido positivo, correspondendo a um valor de 140,04€. Para este número concorreram a reposição do valor da quotização e o ligeiro acréscimo de associados (11,5%) quando comparado com ano anterior, - em 2020 a receita da quotização referente ao ano vigente correspondeu a 1259,38€, tendo passado o valor de quotização referente apenas ao ano de 2021 para 2 212,50€.

As despesas mantiveram-se associadas às mesmas rúbricas de 2020, com a rúbrica referente a quotizações a registar o valor mais elevado: 818,00€ - pagamento da quota da ARP à Confederação Europeia de Associações de Conservadores-restauradores. A par desta, as rúbricas com maior impacto nas despesas da Associação foram ainda as correspondentes aos pagamentos dos serviços relacionados com a contabilidade (348,00€) e encargos com a revista (274,97€).

A 31 de dezembro, a ARP apresentava um saldo bancário de 12 524,25€, mantendo uma situação financeira estável, e equiparada à registada na mesma data em 31 de dezembro de 2020 (12 783,57€)

Demonstração de resultados por naturezas em 13 de 2021 (ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		2.212,50	2.900,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.430,81	-4.886,77
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-641,65	-241,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		140,04	-2.228,62
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		140,04	-2.228,62
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		140,04	-2.228,62
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		140,04	-2.228,62

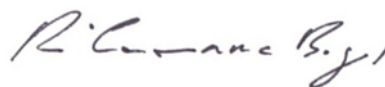
Contabilidade - (c) Primavera BSS

Tabela 1. Demonstração de resultado 2021

Mapa de recebimentos e pagamentos - 2021				Descrição
Recebimentos		Pagamentos		
1. Recebimentos Actividade		1. Funcionamento		
Jóias e quotas	2.212,50€	Livros e documentação técnica	19,00€	Sistema J Editora Portuguesa Livros
Actividades		Despesas bancárias	35,75€	Taxas e comissões bancárias
Doações		Ferramentas e utensílios	52,05€	Fotocópias
Subsídios		Quotizações	818,00€	ECCO
Outros (juros)		Água, electricidade e gás		
2.Recebimentos Comerciais		Honorários	348,00€	Contabilidade e programa facturação
3.Recebimentos Capitais		Taxas	227,65€	Reuniões Zoom
4.Recebimentos Prediais		Material de escritório	146,99€	Papelaria + CTT
		Deslocações	85,72€	Representações ARP
		Retenções		
		Despesas específicas da actividade		
		Trabalhos especializados	274,97€	Crossref.
		Comunicação	54,88€	Site
		Rendas	295,20€	
		2. Investimento		
		Aquisição de equipamentos		
		Aquisição ou construção de instalações		
		Outras		
Total	2.212,50€	Total	2.358,21€	
Saldo do período anterior			12.783,57€	
Receitas			2.212,50€	
Despesas			2.358,21€	
Saldo CX 31-12-2021			113,61€	
Saldo Bancos 31-12-2021			12.524,25€	

Tabela 2. Mapa de recebimentos e pagamentos 2021.

Lisboa, 15 de Março de 2022



Rui Camara Borges
Presidente da Direcção